

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

#### Texto CB2A1-I

Como tudo que é muito valorizado, a ciência também é alvo de falsificação. O prestígio a que a ciência faz jus vem de sua atitude fundamental de respeito pela totalidade da evidência e de abertura à revisão crítica. Isso significa que, antes de pronunciar um resultado, o cientista deve levar em conta todos os dados relevantes para a questão que busca responder, não apenas aqueles que se conformam a sua hipótese.

Além disso, caso outros estudiosos do mesmo assunto encontrem erros em seu trabalho, ou se novos dados invalidarem a conclusão obtida, essas críticas e novidades devem ser assimiladas, mesmo que o resultado seja a demolição de uma hipótese que já parecia bem confirmada.

É graças a essa atitude que a ciência pode reivindicar o posto de melhor descrição possível da realidade factual. Isso não significa dizer que ela nunca erra, ou que uma descrição alternativa qualquer, obtida por outros meios, estará necessariamente errada. Significa dizer que, na maioria das vezes, havendo uma divergência entre descrições, aquela que foi produzida segundo a atitude científica é a que tem a maior chance de estar certa (ou menos errada).

Natalia Pasternak e Carlos Orsi. **Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério.** São Paulo: Editora Contexto, 2023, p. 7-8 (com adaptações).

Levando em consideração as ideias apresentadas no texto CB2A1-I, julgue os itens subsequentes.

- 1 De acordo com o texto, o certo e o errado são relativizados no domínio da ciência perante as evidências disponíveis.
- 2 De acordo com o texto, cabe ao cientista, antes de pronunciar um resultado, considerar tanto os dados que apoiam a sua hipótese quanto outros que sejam relevantes para a questão que ele busca esclarecer.
- 3 Entende-se do texto que a ciência, dado o prestígio de que goza na sociedade, é alvo de falsificações de seus resultados e de ataques de pseudociências.
- 4 Conforme as ideias do texto, o posto de melhor descrição possível da realidade factual ocupado pela ciência tem relação com a postura do cientista de respeitar o conjunto das evidências e de estar aberto à revisão crítica.
- 5 No texto, evidencia-se que, no domínio da investigação científica, uma hipótese já bem confirmada será refutada, no futuro, por revisões críticas de trabalhos anteriores e por novos dados.

Considerando os mecanismos de coesão e coerência do texto CB2A1-I, julgue os próximos itens.

- 6 Sem prejuízo das relações de coesão e coerência do texto original, a oração “havendo uma divergência entre descrições” (último parágrafo) poderia ser reescrita da seguinte forma: **quando há uma divergência entre descrições**.
- 7 No primeiro parágrafo, o referente do pronome “Isso”, empregado no terceiro período, encontra-se no período imediatamente anterior.
- 8 No último período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que”, em “que busca responder”, retoma o termo “o cientista”.
- 9 No segundo parágrafo, a substituição da forma verbal “encontrem” por **encontrarem** não prejudicaria a correção gramatical do texto e, ainda, garantiria paralelismo com a construção “se novos dados invalidarem”.

Em relação a aspectos linguísticos do texto CB2A1-I, julgue os itens subsecutivos.

- 10 No segundo período do primeiro parágrafo, a palavra “abertura” está empregada com o sentido de aceitação, receptividade.
- 11 A inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a”, em “graças a essa atitude” (primeiro período do terceiro parágrafo), não prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 12 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a preposição “a”, em “aqueles que se conformam a sua hipótese” (final do primeiro parágrafo), fosse substituída pela preposição **com**.
- 13 A supressão da vírgula imediatamente seguinte à palavra “assimiladas” (segundo parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.

## Texto CB2A1-II

Se eu tivesse que resumir, em uma palavra, os talentos próprios de nossa espécie, eu diria “aprender”. Nós não somos apenas o *Homo sapiens*, mas também o *Homo docens* — a espécie que ensina a si própria. A maior parte das coisas que conhecemos sobre o mundo não nos foi dada por nossos genes: tivemos que aprendê-las, a partir do ambiente e com aqueles que nos cercam. A história da humanidade é de constante autorreinvenção: desde fazer fogo e projetar instrumentos de pedra até agricultura, explorações e fissão nuclear. Na raiz de todas essas realizações, jaz um mesmo segredo: a extraordinária capacidade de nosso cérebro para formular hipóteses e selecionar aquelas que combinam com nosso ambiente.

Aprender é o triunfo de nossa espécie. Em nosso cérebro, bilhões de parâmetros estão livres para se adaptar a nosso ambiente, a nossa língua, a nossa cultura, a nossos pais, a nossa comida... Em nossa espécie, a contribuição do aprendizado é particularmente grande porque nossa infância é muito mais extensa do que a de outros mamíferos. E, como temos um dom único para a língua e para a matemática, nosso mecanismo de aprendizado é capaz de navegar por vastos espaços de hipóteses que se recombina, formando conjuntos potencialmente infinitos — ainda que sempre baseados em fundamentos fixos e invariáveis herdados de nossa evolução.

Stanislas Dehaene. É assim que aprendemos:  
por que o cérebro funciona melhor do que qualquer máquina (ainda...)  
Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Editora Contexto, 2022, 17-8 (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto CB2A1-II, julgue os itens a seguir.

- 14 Infere-se do texto que a infância mais extensa, o conhecimento de língua e o conhecimento de matemática são determinantes para que o cérebro humano aprenda mais coisas que o cérebro de outros animais.
- 15 Depreende-se do texto que o mecanismo de aprendizado dos seres humanos é restrito por fundamentos fixos e invariáveis, que são fruto do processo evolutivo da espécie humana.
- 16 De acordo com o texto, a maior parte do conhecimento do ser humano acerca das coisas do mundo é aprendida a partir de fatores ambientais e com as pessoas que o cercam.

Em relação a aspectos linguísticos do texto CB2A1-II, julgue os itens seguintes.

- 17 No início do último período do segundo parágrafo, o vocábulo “como” introduz uma oração que expressa circunstância de causa em relação à oração que a sucede.
- 18 Estaria mantida a correção gramatical do terceiro período do primeiro parágrafo caso o segmento “foi dada” fosse empregado no plural — **foram dadas**.
- 19 No segmento “jaz um mesmo segredo” (último período do primeiro parágrafo), o termo “um mesmo segredo” funciona sintaticamente como complemento direto da forma verbal “jaz”, que se caracteriza como impessoal.
- 20 Estaria mantida a correção gramatical do segundo período do segundo parágrafo caso o pronome “se”, em “para se adaptar”, fosse deslocado para depois do verbo — **para adaptar-se**.

In the quest for technological advancements that can revolutionize our world, the scientific community has always been captivated by the elusive phenomenon of superconductivity. For decades, researchers have strived to unlock its full potential, seeking to discover materials that can exhibit superconducting properties at room temperature. And now, the wait might finally be over! Enter LK-99, a groundbreaking potential room-temperature superconductor that has sent shockwaves through the scientific world, spearheaded by a team of brilliant minds from Korea University, led by esteemed researchers Sukbae Lee and Ji-Hoon Kim.

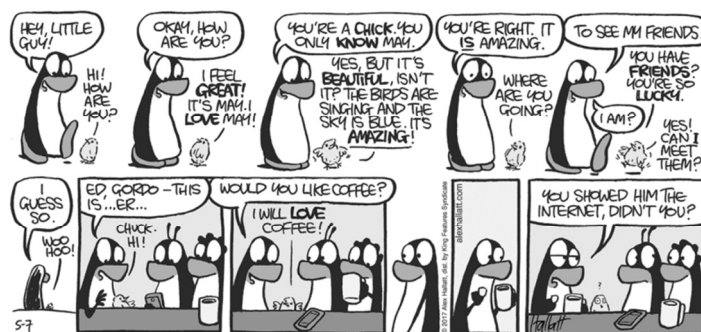
Superconductors are materials that can conduct electricity with zero resistance, leading to unprecedented energy efficiency and technological advancements. In summary, LK-99 represents an exciting prospect as a potential room-temperature superconductor, but its superconducting properties have yet to be confirmed and independently verified.

Room temperature superconductors could revolutionize the energy sector by enabling lossless power transmission over long distances. With reduced energy dissipation during transmission, electricity could be distributed more efficiently, lowering carbon footprints and electricity costs.

Internet: <dataconomy.com/> (adapted).

According to the preceding text, judge the following items.

- 21 The article confirms that the long awaited room temperature superconductor has finally been discovered.
- 22 The adjective “groundbreaking” (fourth sentence of the first paragraph) could be correctly replaced by “conventional”, without changing the meaning of the text.
- 23 According to the text, scientists have long been seeking to recreate the experiment that uses LK-99.
- 24 The search for room temperature superconductors is likely to be over.
- 25 LK-99 generates positive expectations for the future in terms of electricity use and its distribution.
- 26 It is correct to affirm that the word “elusive” (first sentence of the first paragraph) has a similar meaning to its cognate word in Portuguese.



Internet: <alexhallat.com/> (adapted).

Judge the following items, according to the preceding comic strip.

- 27 It can be inferred from the strip that the penguin thinks the Internet is responsible for draining Chuck's excitement.
- 28 The words “beautiful” (third box) and “lucky” (fifth box) belong to the same word class.
- 29 In the comic strip, it is possible to find examples of sentences in the present, past and future tenses.
- 30 The penguin doesn't seem surprised by the chick's affirmation that he is lucky to have friends.

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****BLOCO I**

No tocante ao controle de constitucionalidade e ao Poder Judiciário, julgue os seguintes itens com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 31** A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) pode ter como objeto omissões parciais do poder público.
- 32** O quinto constitucional é garantido no Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- 33** É inadmissível ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que tenha por objeto texto legal fruto de acordo homologado judicialmente, por ofender a garantia da coisa julgada.
- 34** É cabível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra decreto regulamentar de lei estadual.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os próximos itens à luz das normas da CF e da jurisprudência do STF.

- 35** Dada a natureza confessional do direito, é constitucional lei estadual que estabeleça a obrigação de que escolas e bibliotecas públicas possuam um exemplar da Bíblia Sagrada.
- 36** É possível condicionar a desfiliação de um associado à quitação de débito dele referente a benefício adquirido por intermédio da associação, ou ao pagamento de multa, como forma de evitar enriquecimento injustificado.

Considerando as regras relativas ao direito ao meio ambiente e ao poder de tributar, julgue os itens que se seguem.

- 37** As sanções penais e administrativas em função de ações e práticas prejudiciais ao meio ambiente aplicam-se somente aos infratores que sejam pessoas físicas, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados.
- 38** Segundo a jurisprudência do STF, a imunidade tributária prevista constitucionalmente para livros, jornais, periódicos e o papel utilizado para sua impressão estende-se aos livros digitais (*e-books*).

Acerca do conceito e da classificação da Constituição, julgue os itens a seguir.

- 39** A CF classifica-se como analítica.
- 40** No sentido sociológico, a Constituição é uma decisão política fundamental.

Em relação aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 41** A cassação é uma forma de extinção do ato administrativo na qual os efeitos jurídicos do ato são perdidos devido a uma superveniente norma jurídica contrária àquela que fundamentava a prática do ato.
- 42** O ato de avocação materializa-se quando a autoridade que detém posição hierárquica superior centraliza em si a responsabilidade de tomar decisões que, originalmente, seriam da competência de um agente de menor hierarquia.
- 43** A administração pública tem a prerrogativa de revogar os próprios atos, por razões de conveniência ou oportunidade, até mesmo nos casos em que haja uma decisão judicial transitada em julgado.

Quanto à administração centralizada e descentralizada, julgue os itens seguintes.

- 44** As sociedades de economia mista federais são pessoas jurídicas de direito público dotadas de uma qualificada autonomia garantida pela presença de dirigentes com mandatos fixos e estabilidade no exercício das funções.
- 45** Determinados órgãos públicos que detêm direitos subjetivos que necessitam ser defendidos possuem capacidade processual.

A respeito de improbidade administrativa e bens públicos, julgue os itens subsequentes à luz da Lei n.º 8.429/1992 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 46** Segundo entendimento do STF, a partir das recentes alterações na legislação que dispõe sobre improbidade, deixou de existir, no ordenamento jurídico brasileiro, a tipificação para atos culposos de improbidade administrativa, de maneira que a nova regra retroage para absolver pessoas que já tenham sido condenadas em sentença com trânsito em julgado.
- 47** As terras devolutas pertencem, em regra, aos municípios, exceto aquelas indispensáveis à preservação ambiental e à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares e das vias federais de comunicação, as quais são de propriedade da União.
- 48** O termo inicial da prescrição de ação por ato de improbidade administrativa ocorre a partir da data de ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

Acerca do poder de polícia e dos agentes públicos, julgue os itens que se seguem.

- 49** As funções de confiança destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento e só podem ser exercidas por servidores de carreira.
- 50** O poder de polícia constitui uma atividade estatal ampliada da esfera de interesses do particular, sendo prestado pela administração pública por meio do oferecimento de vantagens diretas aos indivíduos e às coletividades.

No que diz respeito a licitações e contratações, à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública e à vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens que se seguem.

- 51** De acordo com o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais (Lei n.º 13.303/2016), caso rescindido contrato de realização de obra por descumprimento de suas cláusulas, após dez meses do seu início, será lícita à empresa pública a contratação de remanescente por dispensa de licitação.
- 52** Em razão das prerrogativas da administração pública, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte nas licitações será exigida antes da adjudicação, conforme disposto na Lei Complementar n.º 123/2006.
- 53** A responsabilização da pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública está condicionada à prévia responsabilização dos dirigentes da entidade.
- 54** É vedado ao agente público nomear familiar para função de confiança sob sua subordinação direta, ainda que este último ostente a condição de empregado federal permanente.
- 55** É lícita a delegação da competência tanto para a instauração quanto para o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.

Julgue os itens subsecutivos com base no que dispõe a Lei n.º 14.133/2021 quanto às modalidades e aos procedimentos das licitações e contratação públicas, à reconsideração e ao recurso, às sanções administrativas e aos efeitos dos recursos administrativos.

- 56** O pregão é modalidade obrigatória para aquisição de quaisquer bens e serviços que não envolvam obra.
- 57** O maior retorno econômico é atualmente aceito como critério de julgamento no procedimento licitatório.
- 58** Nas contratações de obras ou serviços de relevante interesse público, o efeito suspensivo ao recurso interposto de decisão prolatada durante o procedimento licitatório dependerá de análise da autoridade competente.
- 59** O contratado que der causa ao retardamento da execução do objeto licitado estará sujeito à sanção de advertência.
- 60** Caso não caiba recurso do ato administrativo, o interessado poderá manejar pedido de reconsideração.

A respeito da analogia, dos atos e negócios jurídicos, das obrigações e da prescrição, julgue os itens subsecutivos.

- 61** A analogia é método de integração e seu uso depende de omissão da lei.
- 62** A cláusula penal tem por finalidade fixar indenização por descumprimento da obrigação contratual ou atraso em cumpri-la.
- 63** Embora não se caracterize como ato ilícito, o abuso de direito enseja indenização.
- 64** A renúncia da prescrição poderá ocorrer de forma tácita, caso em que se caracteriza por fatos do interessado incompatíveis com a prescrição.
- 65** A conclusão de negócio jurídico pelo representante em conflito com interesse do representado gerará a nulidade do ato dentro do prazo de prescrição previsto em lei.

Acerca de contratos, direitos reais e desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens a seguir.

- 66** Ainda que o imóvel esteja hipotecado, é lícito ao seu proprietário aliená-lo.
- 67** Em contrato de execução continuada, caso a prestação se torne excessivamente onerosa para o contratado, este terá direito à resolução da avença.
- 68** Para a aplicação da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, exigem-se o desvio de finalidade e a confusão patrimonial.
- 69** Como não se exige forma para o mandato, ele poderá ser verbal, ainda que o contrato deva ser celebrado por escrito.
- 70** O contrato preliminar rege-se pelo princípio da consensualidade, não havendo imposição quanto à forma de celebrá-lo.

## BLOCO II

Luísa, empresária no ramo de alimentos, ajuizou ação contra a distribuidora Gama Ltda., pela não entrega de mercadorias. Citada, a ré apresentou contestação, na qual também formulou pedido reconvenicional. Dentro do prazo de defesa, também propôs reconvenção a Ômega Distribuidora de Alimentos Ltda., empresa do mesmo grupo, mas responsável pela distribuição dos alimentos na região da autora.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 71** A reconvenção promovida em litisconsórcio com terceiro acarreta a inclusão deste no polo passivo da ação principal.
- 72** Não são devidos honorários advocatícios na reconvenção.
- 73** A desistência da ação não obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

Julgue os itens a seguir de acordo com o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca do regime dos empregados das sociedades de economia mista.

- 74** Ao admitir empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a sociedade de economia mista equipara-se ao empregador privado, sujeitando-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações trabalhistas.
- 75** É garantida a estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal de 1988 ao empregado de sociedade de economia mista admitido por aprovação em concurso público.
- 76** A despedida de empregados de sociedade de economia mista admitidos por concurso público depende de ato motivado para ter validade.

Com base na Norma Regulamentadora n.º 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata de equipamentos de proteção individual (EPI), julgue os próximos itens.

- 77** Cabe ao trabalhador utilizar o EPI fornecido pelo empregador apenas para a finalidade a que se destina.
- 78** Para ser posto à venda ou utilizado, o EPI, seja de fabricação nacional, seja importado, deve conter a indicação do certificado de aprovação expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Acerca do sistema recursal do procedimento ordinário trabalhista, julgue os itens seguintes.

- 79** Empresas públicas e sociedades de economia mista dispõem de prazo dobrado para recorrer no foro da justiça do trabalho.
- 80** O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição não suspende a execução da sentença.
- 81** Na justiça do trabalho, é de cinco dias o prazo para a interposição de embargos de declaração, os quais necessariamente suspendem o prazo para interposição de outros recursos.

No que concerne às sociedades anônimas, julgue os itens subsecutivos.

- 82** A sociedade anônima poderá prever, em seu estatuto social, a forma das ações e a conversibilidade de uma em outra forma.
- 83** É nula a transferência de ações nominativas de sociedade anônima adquiridas em bolsa de valores por sociedade corretora sem procuração válida do cessionário.
- 84** É vedado à sociedade anônima criar títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social.
- 85** A fusão de duas ou mais sociedades anônimas deve necessariamente resultar em uma nova sociedade, que lhes sucederá em todos direitos e obrigações.

**BLOCO III**

Quanto à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, julgue os itens a seguir.

- 86** Entre os princípios que instruem a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluem-se o desenvolvimento sustentável, a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, bem como a ecoeficiência e a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.
- 87** Objetivando a diminuição do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como a redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos consiste no conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Julgue os próximos itens, referentes ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e(ou) Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

- 88** No caso do cadastramento anual no CTF/APP, se a pessoa jurídica não for previamente cadastrada, não será possível efetuar o cadastro da(s) pessoa(s) física(s) responsável(is) por ela.
- 89** É obrigatório o registro no CTF/APP de pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades que, embora não sujeitas ao controle ambiental estatal, conforme previsto em legislação federal ou de âmbito nacional, buscam acesso a empréstimos e financiamentos em agências de fomento internacional.

Com relação ao estudo de impacto de vizinhança (EIV), ao zoneamento ambiental e à taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA), julgue os itens subsequentes.

- 90** Para a execução do EIV, é necessário analisar, entre outras questões, o adensamento populacional, os equipamentos urbanos e comunitários, o uso e a ocupação do solo, bem como a valorização imobiliária.
- 91** A TCFA destina-se ao controle e à fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- 92** O zoneamento ecológico-econômico (ZEE), instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, deve sujeitar-se aos acordos internacionais em todos os aspectos que digam respeito a medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar o cumprimento dos contratos e a consecução dos objetivos econômicos colimados pelas partes, organizando, de forma vinculada, as decisões, ações e estratégias dos agentes públicos e privados nacionais e internacionais.

Julgue os itens que se seguem, a respeito das disposições aplicáveis ao sistema tributário nacional de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- 93** As taxas que sejam referentes a serviços públicos específicos e divisíveis poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- 94** Somente os municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição de melhoria em razão de obra pública que comporte valorização imobiliária.
- 95** As limitações constitucionais ao poder de tributar são reguladas por lei complementar.

Com relação à constituição do crédito tributário, à sua suspensão e à extinção da sua exigibilidade, julgue os próximos itens, considerando o disposto no Código Tributário Nacional.

- 96** A atividade administrativa de lançamento do crédito tributário é vinculada e obrigatória, independentemente do tributo em questão.
- 97** A conversão do depósito em renda é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- 98** A moratória por prazo indeterminado, quando concedida pelo poder público, depende de decreto presidencial específico.

Acerca dos crimes ambientais, julgue os itens seguintes, com base na Lei n.º 9.605/1998.

- 99** A pessoa jurídica pode ser condenada à prestação de serviços à comunidade, tais como o custeio de programas e projetos ambientais e a execução de obras de recuperação de áreas degradadas; caso a pessoa jurídica seja constituída, preponderantemente, com a finalidade de facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental, será decretada sua liquidação forçada, e seu patrimônio, considerado instrumento do crime, será perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- 100** A baixa escolaridade do agente é uma atenuante de pena para quem, de qualquer forma, concorre para a prática de crimes ambientais.

**Espaço livre**